



# ANEXOS

---

# DECLARAÇÃO DO CONTADOR



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA EPE.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa		Código do Órgão	
EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA		32314	
<p>DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA, DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGRAGADO E NOTAS EXPLICATIVAS, REGIDOS PELA LEI N.º 6.404/76, LEI 4.320/64 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2023, REFLETEM ADEQUADA E INTEGRALMENTE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA QUE APRESENTA NO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO.</p> <p>ESTOU CIENTE DAS RESPONSABILIDADES CIVIS E PROFISSIONAIS DESTA DECLARAÇÃO.</p>			
Local	RIO DE JANEIRO	Data	31/01//2024
Contador Responsável	SANDRO DA SILVA ABILIO	CRC nº	093927/O-RJ

Sandro da Silva  
Abilio

Assinado de forma digital por  
Sandro da Silva Abilio  
Dados: 2024.03.15 19:02:09  
-03'00'

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA 2023

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2023

Rio de Janeiro  
31 de dezembro 2023



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



1

Clicksign a40fb8d8-1c8b-421a-8b85-9309a78eecab

## SUMÁRIO

	Pág.
BALANÇO PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	8
NOTAS EXPLICATIVAS	9

**Empresa de Pesquisa Energética - EPE**

CNPJ 06.977.747/0001-80

**Balanco Patrimonial**

(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado	01/01/2022 reapresentado
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.538	30.622	31.909
Impostos a Recuperar	5	3.614	1.326	439
Adiantamentos	6	750	792	404
Despesas Antecipadas	7	2.179	2.579	1.396
		<b>40.080</b>	<b>35.519</b>	<b>34.148</b>
<b>Não Circulante</b>				
Impostos a Recuperar	5	180	164	199
Depósitos Judiciais	8	5.600	4.399	4.041
Despesas Antecipadas	7	-	281	10
Imobilizado	9	5.515	6.831	4.870
Direito de uso	10	17.709	20.434	23.158
Intangível	11	2.678	4.179	4.461
		<b>31.680</b>	<b>36.288</b>	<b>36.739</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>71.760</b>	<b>71.807</b>	<b>70.886</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	12	683	305	89
Obrigações Tributárias	13	2.681	966	769
Obrigações Trabalhistas e Sociais	14	15.302	14.314	12.370
Provisões para Contingências	15	-	2.825	2.571
Obrigações com a Cessão de Pessoal		30	26	24
Previdência Privada Complementar	16	698	668	599
Amendamento Mercantil	10	2.544	2.374	1.798
		<b>22.338</b>	<b>21.499</b>	<b>19.230</b>
<b>Não Circulante</b>				
Provisões para Contingências	15	11.016	7.040	6.185
Amendamento Mercantil	10	16.443	18.987	21.360
		<b>27.459</b>	<b>26.027</b>	<b>27.545</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital Social	17	31.019	28.468	26.211
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	18	439	2.660	2.259
Prejuízos Acumulados	19	(8.495)	(6.737)	(3.350)
		<b>21.963</b>	<b>24.391</b>	<b>25.111</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>71.760</b>	<b>71.807</b>	<b>70.886</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Empresa de Pesquisa Energética - EPE**  
CNPJ 06.977.747/0001-80  
**Demonstração do Resultado**  
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		-	-
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	21		
Remunerações		(46.479)	(42.308)
Encargos Sociais		(13.495)	(12.136)
Benefícios		(6.816)	(6.512)
Serviços de Terceiros		(9.283)	(8.830)
Generais de Funcionamento das Instalações		(2.443)	(2.272)
Generais da Administração		(4.969)	(3.440)
Impostos, Taxas e Contribuições		(297)	(293)
		<b>(83.782)</b>	<b>(75.791)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(83.782)</b>	<b>(75.791)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	21		
Remunerações		(18.903)	(18.237)
Encargos Sociais		(5.298)	(5.409)
Benefícios		(3.000)	(2.949)
Materiais		(56)	(164)
Serviços de Terceiros		(5.665)	(5.229)
Impostos, Taxas e Contribuições		(555)	(879)
Generais de Funcionamento das Instalações		(7.034)	(6.732)
Generais da Administração		(3.548)	(4.808)
Provisão para contingências		(4)	(236)
		<b>(44.063)</b>	<b>(44.643)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	22	122.465	110.355
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	23	4.162	6.294
Outras receitas	23	-	1.499
		<b>126.627</b>	<b>118.148</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>(1.218)</b>	<b>(2.286)</b>
Receitas Financeiras	24	600	953
Despesas Financeiras	24	(2.140)	(2.046)
		<b>(1.540)</b>	<b>(1.093)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL</b>		<b>(2.758)</b>	<b>(3.379)</b>
IRPJ/CSLL correntes	25	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(2.758)</b>	<b>(3.379)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Empresa de Pesquisa Energética - EPE**  
CNPJ 06.977.747/0001-80  
**Demonstração do Resultado Abrangente**  
(em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> <b>(reapresentado)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.758)</b>	<b>(3.379)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>(2.758)</b>	<b>(3.379)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Empresa de Pesquisa Energética - EPE**  
CNPJ 06.977.747/0001-80  
**Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido**  
(em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2022 (reapresentado)</b>		<b>26.211</b>	<b>2.258</b>	<b>(3.358)</b>	<b>25.111</b>
Aumento de Capital	18	2.258	(2.258)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital		-	2.550	-	2.550
Resultado do Exercício		-	-	(3.379)	(3.379)
<b>Saldos em 31/12/2022 (reapresentado)</b>		<b>28.469</b>	<b>2.550</b>	<b>(6.737)</b>	<b>24.282</b>
Aumento de Capital	18	2.550	(2.550)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	19	-	439	-	439
Resultado do Exercício	20	-	-	(2.758)	(2.758)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>		<b>31.019</b>	<b>439</b>	<b>(9.495)</b>	<b>21.963</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.

**Empresa de Pesquisa Energética - EPE**  
CNPJ 06.977.747/0001-80  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
(em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do Exercício	(2.758)	(3.379)
Ajuste de Reclassificação - Recebimento de Subvenções	(122.465)	(110.355)
Depreciação / Amortização	5.952	5.652
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	992	1.098
Adições/Atualizações/Reversões nas provisões para contingências	1.228	1.109
Atualização/tributos a compensar/Depósitos Judiciais	(544)	(1.472)
<b>Variação nos saldos de ativos e passivos</b>		
Adiantamentos concedidos	42	(388)
Despesas antecipadas	682	(1.454)
Depósitos judiciais	(982)	(44)
Impostos a recuperar	(1.856)	104
Fornecedores	578	206
Obrigações tributárias	1.895	217
Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias	1.018	2.013
Outras obrigações	4	2
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>(116.214)</b>	<b>(106.691)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de Intangível	-	(1.098)
Aquisição de Imobilizado	(408)	(3.508)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(408)</b>	<b>(4.606)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização arrendamento mercantil	(3.366)	(2.895)
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	122.465	110.355
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	439	2.550
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos</b>	<b>119.538</b>	<b>110.010</b>
<b>Variação caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.916</b>	<b>(1.287)</b>
No início do exercício	30.622	31.909
No fim do exercício	33.538	30.622
<b>Variação caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>2.916</b>	<b>(1.287)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Empresa de Pesquisa Energética - EPE**  
 CNPJ 06.977.747/0001-80  
**Demonstração do Valor Adicionado**  
 (em milhares de reais)

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022 reapresentado</b>
<b>Receitas</b>		
Subsídios Públicos	122.465	110.355
Outras Receitas	4.162	7.648
	<b>126.627</b>	<b>118.003</b>
<b>Insumos</b>		
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	25.207	23.017
	<b>25.207</b>	<b>23.017</b>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>101.420</b>	<b>94.986</b>
Depreciação e Amortização	5.952	5.652
<b>Valor Adicionado Líquido produzido</b>	<b>95.468</b>	<b>89.334</b>
<b>Valor Adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas Financeiras	600	953
	<b>600</b>	<b>953</b>
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>96.068</b>	<b>90.287</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração Direta	66.957	63.210
Benefícios	9.816	9.461
FGTS	5.191	4.843
Contingências/indenizações trabalhistas	138	255
	<b>82.102</b>	<b>77.769</b>
<b>Governos (Impostos, taxas e contribuições)</b>		
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	14.012	13.452
Estaduais (inclui IPVA)	24	21
Municipais	446	400
Contingências fiscais	-	(45)
	<b>14.482</b>	<b>13.828</b>
<b>Remuneração do capital de terceiros</b>		
Juros, multas e atualizações monetárias	2.140	2.046
Aluguéis	102	25
	<b>2.242</b>	<b>2.069</b>
<b>Remuneração dos capitais próprios</b>		
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.758)	(3.379)
	<b>(2.758)</b>	<b>(3.379)</b>
<b>Valor Adicionado Total Distribuído</b>	<b>96.068</b>	<b>90.287</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O atual Estatuto Social da EPE foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2023.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidades assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar “a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional” (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsecamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional.

A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

## 1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A LOA da EPE foi publicada com valor total de R\$ 147,8 milhões, o valor no final do exercício somou R\$ 136,6 milhões. Essa diferença refere-se, principalmente, à disponibilização de créditos de despesas discricionárias no montante de R\$ 16,5 milhões e ampliação das despesas obrigatórias em R\$ 5,8 milhões.

A execução total da EPE no exercício de 2023 foi 99,6%. Foram empenhados R\$ 136,6 milhões dos R\$ 137 milhões disponíveis. Desse valor, R\$ 99,6 milhões foram empenhados em despesas obrigatórias com um percentual de realização de 99,8%. Já a realização das despesas discricionárias foi de R\$ 37 milhões, representando 99,2% da dotação final. É importante destacar que, com relação ao exercício anterior, houve um aumento da realização total de 13% e um incremento na realização das discricionárias de 21,6%. Cabe destaque também para a realização financeira, os pagamentos dos créditos do exercício de 2023 foram superiores 12,9% dos pagamentos do exercício de 2022. A melhoria do planejamento e acompanhamento orçamentário e financeiro ao longo do exercício de 2023 contribuíram de forma relevante para esse resultado.

Com relação à proposta orçamentária para 2024 – PLOA 2024, a EPE através da Deliberação do Conselho de Administração - DCA nº 02/250ª de 24/11/2023 efetivou o plano de contingência das necessidades orçamentárias discricionárias para o exercício de 2024, a fim de adequar ao condicionamento orçamentário constante na PLOA 2024.

Em 23/01/2024 foi publicada a Lei nº 14.822 de 22/01/2024 – LOA 2024 – tendo como dotação orçamentária total o valor de R\$ 176 milhões, sendo: R\$ 144 milhões para pessoal, encargos e benefício atendendo assim toda a necessidade da empresa para essas rubricas e R\$ 26 milhões válidos para despesas discricionárias e mais 6 milhões em créditos condicionados. Os valores aprovados nas despesas discricionárias são inferiores aos valores pleiteados. A EPE pleiteou para essas despesas em sua proposta R\$ 55 milhões requerendo assim a efetivação do plano de contingência e tratativas para suplementação orçamentária junto aos órgãos superiores.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

### B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da EPE é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

### C) APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 16 de fevereiro de 2024, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras da EPE e autorizou sua divulgação.

#### **D) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A preparação das demonstrações financeiras foi realizada em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") que exige que a Companhia utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

#### **E) BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1 CAIXA – CONTA ÚNICA**

São registrados na conta única do Tesouro Nacional, de liquidez imediata mediante autorização em LOA, mensurados e avaliados pelo valor de custo. A partir do recolhimento dos recursos próprios para a conta única os valores disponíveis não estão sendo remunerados pelo Tesouro Nacional.

#### **3.2 CRÉDITOS E VALORES A CURTO E LONGO PRAZO**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados a: (i) impostos a recuperar; (ii) adiantamentos concedidos; e (iii) despesas antecipadas.

A mensuração é feita com base no valor de custo e algumas transações são atualizados monetariamente e ajustados até a data do fechamento das demonstrações contábeis, cuja contrapartida é uma conta de resultado.

#### **3.3 IMOBILIZADO**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração. Reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo e as taxas estão descritas na Nota Explicativa nº 09.

#### **3.4 INTANGÍVEIS**

As licenças adquiridas separadamente são registradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas também com base nos custos incorridos para a elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 05 (cinco) anos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última

data de balanço.

A empresa realiza anualmente a revisão da vida útil dos seus ativos, garantindo que estejam sendo amortizados contabilmente nas taxas que refletem a realidade operacional da empresa.

Tendo como último laudo de avaliação datado de 11 de janeiro de 2024, a administração não identificou divergências significativas para o exercício.

### 3.5 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em conformidade com o NBC TG 27 (R3), Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e tendo como último laudo do teste de impairment datado de 11 de janeiro de 2024, a administração não identificou qualquer evidência de falta de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis para o exercício 2023.

### 3.6 PASSIVOS CIRCULANTES

As obrigações da EPE são apropriadas segundo o regime de competência e são evidenciadas pelos valores conhecidos (valor de pagamento da obrigação - custo histórico), acrescidos, quando aplicável, de encargos.

Os passivos circulantes e não circulantes da EPE estão concentrados nos grupos: obrigações sociais e trabalhistas; cessão de pessoal; fornecedores; e obrigações fiscais.

### 3.7 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, com indicativo de perda estimado pela Consultoria Jurídica da EPE.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando:

- a) A Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- b) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- c) O valor possa ser estimado com segurança.

Seguindo-se os critérios estabelecidos no CPC 25, as ações judiciais com possibilidade de perda remota, não foram divulgadas nas demonstrações financeiras em Notas Explicativas, uma vez que são remotas as probabilidades de saída de recursos. As ações com possibilidade possível mencionadas apenas nas notas explicativas e as prováveis mencionadas em notas explicativas e refletidas nas demonstrações financeiras.

### 3.8 PREVIDÊNCIA PRIVADA

A partir das aprovações pelos órgãos internos da Empresa, compreendendo a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal e pelos órgãos externos da administração pública a quem se subordina, neles incluídos o Ministério de Minas e Energia – MME, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a EPE, na condição de Patrocinadora, celebrou Convênio

de Adesão com a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS visando ingressar no Plano de Previdência denominado “Plano EPE”, estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV.

Para custear o referido Plano, a EPE contribui mensalmente, paritariamente com os empregados e dirigentes ou aqueles em exercício de função, denominados “Participantes”, com parcelas calculadas sobre as remunerações, inclusive o 13º salário, conforme estabelecido no Plano de Custeio.

Para os empregados que optaram em contribuir a partir de sua admissão, a título de tempo de serviços passados, a EPE contribui com a mesma importância, nas condições estabelecidas no Regulamento Específico do Plano de Previdência ELETROS/EPE.

Foram definidas as seguintes contribuições previdenciárias para os participantes e a patrocinadora:

- 3% (três por cento) da parcela de remuneração mensal compreendida até o valor do teto de contribuição da Previdência Social e,
- 11% (onze por cento) da parcela de remuneração que exceder o limite do teto da Previdência Social.

Por opção do Participante, a contribuição mensal poderá ser reduzida semestralmente em 25% (vinte e cinco por cento) ou 50% (cinquenta por cento), ocorrendo também à redução da contribuição básica da Patrocinadora.

Dado às características definidas no Plano CV não existem obrigações adicionais da Patrocinadora após efetuar os pagamentos das contribuições. As contribuições feitas pela Patrocinadora são reconhecidas como despesas de benefícios concedidos a empregados.

### 3.9 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A EPE tem como atividade principal estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir:

#### A) RECEITA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS E OUTRAS

As receitas da EPE são oriundas de dotações orçamentárias, para custeio de despesas e investimentos, através do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Eventualmente poderá ter, também, receita de leilão. A Empresa poderá futuramente prestar serviços a terceiros, ensejando a emissão de Notas Fiscais de Serviços.

#### B) RECEITA FINANCEIRA

A receita financeira é decorrente da atualização da taxa Selic de impostos a compensar, da atualização monetária dos depósitos judiciais, dos descontos obtidos em pagamentos a fornecedores e atualização de direitos a receber.

### 3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de

R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

### 3.11 ARRENDAMENTO

A empresa reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

A empresa não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da empresa ou outra aplicável.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem:

(i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da empresa.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

### 3.12 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações contábeis, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

### 3.13 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

As alterações nas normas e emendas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC que entrarão em vigor no exercício de 2024, que impactaram as demonstrações contábeis do exercício da empresa. São elas:

- a) Apresentação das demonstrações contábeis (CPC 26/IAS 1)

b) Arrendamentos (CPC 06/IFRS 16)

Abaixo segue alterações que entrarão em vigência a partir de 2024:

- a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 /IAS 12);
- b) Demonstração dos fluxos de caixa (Alterações ao CPC 03/IAS 7)
- c) Instrumentos financeiros: Evidenciação (Alterações ao CPC 40/IFRS 7)

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, não são esperados impactos relevantes.

### 3.14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### A) RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL

Os instrumentos financeiros são reconhecidos pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício. O principal ativo financeiro reconhecido pela empresa é: Caixa ("Conta única"). O principal passivo financeiro reconhecido pela empresa é: Fornecedores. Sendo ambos classificados na categoria de custo amortizado.

#### B) MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da empresa classificados na seguinte categoria:

##### I. Ativos e passivos financeiros a custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) O ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

### 3.15 REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES

A Empresa está reapresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado relativas a 31 de dezembro de 2022, originalmente autorizadas em 14 de fevereiro de 2023.

A reapresentação deve-se a reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores devido a aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) na contabilização dos arrendamentos.

Além disso, foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado para melhor apresentação da natureza das transações.

Tais mudanças foram aplicadas de maneira retrospectiva, de forma a ajustar o exercício de 31 de dezembro de 2022 e o período de 01 de janeiro de 2022, apresentados para fins de comparação com o exercício atual, como se estivessem corretos nas respectivas datas, sendo os ajustes

registrados em Lucros ou Prejuízos acumulados, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção dessa norma não traz efeito fiscal no tocante ao IRPJ e CSLL já que a amortização do direito de uso e os encargos financeiros do passivo de arrendamento são neutralizados como adição na apuração do lucro real e a contraprestação (aluguel mensal), que apesar de não transitar por resultado, continua sendo uma despesa dedutível, logo, é considerada como exclusão da base de cálculo.

Os impactos estão demonstrados nos quadros abaixo.

a) **Balanco patrimonial:**

	31/12/2022 (Publicado)	Ajustes	31/12/2022 (Reapresentado)
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>	<b>35.519</b>	-	<b>35.519</b>
<b>Não Circulante</b>			
Direito de uso	-	20.434	20.434
Outros ativos não circulantes não afetados	15.854	-	15.854
	<b>15.854</b>	<b>20.434</b>	<b>36.288</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>51.373</b>	<b>20.434</b>	<b>71.807</b>

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

<b>Circulante</b>			
Outros passivos circulantes não afetados	19.124	-	19.124
Arrendamento mercantil	-	2.374	2.374
	<b>19.124</b>	<b>2.374</b>	<b>21.498</b>
<b>Não Circulante</b>			
Outros passivos não circulantes não afetados	7.040	-	7.040
Arrendamento mercantil	-	18.987	18.987
	<b>7.040</b>	<b>18.987</b>	<b>26.027</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	28.469	-	28.469
Adiant para Futuro Aumento de Capital	2.550	-	2.550
Prejuízos Acumulados	(5.810)	(927)	(6.737)
	<b>25.209</b>	<b>(927)</b>	<b>24.282</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>51.373</b>	<b>20.434</b>	<b>71.807</b>

	01/01/2022 (Publicado)	Ajustes	01/01/2022 (Reapresentado)
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>	<b>34.148</b>	-	<b>34.148</b>
<b>Não Circulante</b>			
Direito de uso	-	23.158	23.158
Outros ativos não circulantes não afetados	13.580	-	13.580
	<b>13.580</b>	<b>23.158</b>	<b>36.738</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>47.728</b>	<b>23.158</b>	<b>70.886</b>

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

<b>Circulante</b>			
Outros passivos circulantes não afetados	16.432	-	16.432
Arrendamento mercantil	-	1.798	1.798
	<b>16.432</b>	<b>1.798</b>	<b>18.230</b>
<b>Não Circulante</b>			
Outros passivos não circulantes não afetados	6.185	-	6.185
Arrendamento mercantil	-	21.360	21.360
	<b>6.185</b>	<b>21.360</b>	<b>27.545</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	26.211	-	26.211

Adiant para Futuro Aumento de Capital	2.258	-	2.258
Prejuízos Acumulados	(3.358)	-	(3.358)
	<b>25.111</b>	<b>-</b>	<b>25.111</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>47.728</b>	<b>23.158</b>	<b>70.886</b>

**b) Demonstração do resultado:**

	<u>31/12/2022</u> <u>(Publicado)</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2022</u> <u>(Reapresentado)</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	-	-	-
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
Gerais de Funcionamento das Instalações	(4.320)	2.048	(2.272)
Outros custos dos serviços prestados não afetados	(73.519)	-	(73.519)
	<b>(77.839)</b>	<b>2.048</b>	<b>(75.791)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>(77.839)</b>	<b>2.048</b>	<b>(75.791)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais de Funcionamento das Instalações	(4.855)	(1.877)	(6.732)
Remunerações	(18.211)	(26)	(18.237)
Indenizações Trabalhistas	(26)	26	-
Outras despesas operacionais não afetadas	(19.674)	-	(19.674)
	<b>(42.766)</b>	<b>(1.877)</b>	<b>(44.643)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>118.148</b>	-	<b>118.148</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(2.457)</b>	<b>171</b>	<b>(2.286)</b>
Despesas Financeiras	(948)	(1.098)	(2.046)
Outras receitas e despesas financeiras não afetadas	953	-	953
	<b>5</b>	<b>(1.098)</b>	<b>(1.093)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E DA CSLL</b>	<b>(2.452)</b>	<b>(927)</b>	<b>(3.379)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.452)</b>	<b>(927)</b>	<b>(3.379)</b>

**c) Demonstração dos fluxos de caixa:**

	<u>31/12/2022</u> <u>(Publicado)</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2022</u> <u>(reapresentado)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do Exercício	(2.452)	(927)	(3.379)
Depreciação / Amortização	2.927	2.725	5.652
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	1.098	1.098
Outras atividades operacionais não afetadas	(110.718)	-	(110.718)
	<b>656</b>	-	<b>656</b>
<b>Varição nos saldos de ativos e passivos não afetados</b>	<b>(109.587)</b>	-	<b>(106.691)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos não afetados</b>	<b>(4.606)</b>	-	<b>(4.606)</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(4.606)</b>	-	<b>(4.606)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento não afetados</b>	<b>112.905</b>	-	<b>112.905</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos</b>	<b>112.905</b>	<b>(2.895)</b>	<b>110.010</b>
<b>Varição caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.287)</b>	-	<b>(1.287)</b>

No início do exercício	31.909	-	31.909
No fim do exercício	30.622	-	30.622
<b>Varição caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>(1.287)</b>	<b>-</b>	<b>(1.287)</b>

**d) Demonstração do valor adicionado:**

	31/12/2022 (Publicado)	Ajustes	31/12/2022 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>	<b>118.003</b>	-	<b>118.003</b>
<b>Insumos</b>	<b>23.017</b>	-	<b>23.017</b>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>94.986</b>	-	<b>94.986</b>
Depreciação e Amortização	2.927	2.725	5.652
<b>Valor Adicionado Líquido produzido</b>	<b>92.059</b>	<b>(2.725)</b>	<b>89.334</b>
<b>Valor Adicionado recebido em transferência</b>	<b>953</b>	-	<b>953</b>
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>93.012</b>	<b>(2.725)</b>	<b>90.287</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>	<b>77.769</b>	-	<b>77.769</b>
<b>Governos (Impostos, taxas e contribuições)</b>	<b>13.828</b>	-	<b>13.828</b>
<b>Remuneração do capital de terceiros</b>			
Juros e multas	948	1.097	2.045
Aluguéis	2.919	(2.895)	24
	<b>3.867</b>	<b>(1.798)</b>	<b>2.069</b>
<b>Remuneração dos capitais próprios</b>			
Prejuízo do exercício	(2.452)	(927)	(3.379)
	<b>(2.452)</b>	<b>(927)</b>	<b>(3.379)</b>
<b>Valor Adicionado Total Distribuído</b>	<b>93.012</b>	<b>(2.725)</b>	<b>90.287</b>

#### 4. CAIXA – CONTA ÚNICA

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início do mês seguinte, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
A - Recursos do Tesouro Nacional	5.012	4.082
B - Recursos Próprios	28.526	26.540
<b>Total</b>	<b>33.538</b>	<b>30.622</b>

#### 5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
COFINS a Recuperar	2	1
IRPJ Estimativa 2023	842	-
CSLL Estimativa 2023	335	-
IRPJ Estimativa 2022	751	668
CSLL Estimativa 2022	300	268
IRPJ Estimativa 2021	337	304
CSLL Estimativa 2021	129	116
Antecipação de IRRF - 0561	-	161
IRRF a compensar	912	6
IRRF a restituir	4	-
COSIRF a restituir	2	2
IR a compensar – pagamento a maior	23	21
Contribuição social a compensar – pagamento a maior	152	138
ISS a restituir	5	5
<b>Totais</b>	<b>3.794</b>	<b>1.690</b>

O IRPJ e CSLL estimativa dos exercícios de 2023 e 2022 ficam mantidos no ativo circulante dada a natureza da conta e crédito. A Companhia solicitará a restituição por meio do programa "Perdcomp".

#### Curto Prazo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
COFINS a recuperar	2	1
IRPJ Estimativa 2023	842	-
CSLL Estimativa 2023	335	-
IRPJ Estimativa 2022	751	668
CSLL Estimativa 2022	300	268
IRPJ Estimativa 2021	337	304
CSLL Estimativa 2021	129	116
Antecipação de IRRF - 0561	-	161
IRRF a compensar	912	6
IRRF a restituir	4	-
COSIRF a restituir	2	2
<b>Totais</b>	<b>3.614</b>	<b>1.526</b>

#### Longo Prazo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IR a compensar – pagamento a maior	23	21
Contribuição social a compensar – pagamento a maior	152	138
ISS a restituir	5	5
<b>Totais</b>	<b>180</b>	<b>164</b>

## 6. ADIANTAMENTOS

O saldo da conta adiantamento a empregado refere-se a adiantamento de férias.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a Empregados	750	792
<b>Total</b>	<b>750</b>	<b>792</b>

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se às assinaturas, anuidades e contratos manutenção de softwares. Os valores serão amortizados ao longo do exercício, de acordo com o princípio de competência.

#### Curto Prazo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prêmio de seguros	185	182
Assinaturas e anuidades	528	997
Provedores de informação	151	123
*Manutenção de software	1.314	1.277
<b>Totais</b>	<b>2.178</b>	<b>2.579</b>

\* Contempla o pagamento ao Cepel no valor de R\$ 162 mil em dezembro referente a manutenção anual dos softwares recebidos em doação.

#### Longo Prazo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Manutenção de Software	-	281
<b>Totais</b>	<b>-</b>	<b>281</b>

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Tributários (i)	4.113	3.928
Trabalhistas (ii)	1.319	310
Cíveis (iii)	168	161
<b>Total</b>	<b>5.600</b>	<b>4.399</b>

### (i) Depósitos Judiciais – Previdenciário

Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.888 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de seguridade social nº. 0018936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010.

A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e.

### (ii) Depósitos Judiciais – Trabalhistas

Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais. Até outubro/2017 os valores foram atualizados pelo índice do FGTS - TR + 3% ao ano - e a partir desta data pelo índice da Poupança.

Em dezembro 2023 foi efetuado depósito judicial no montante de R\$ 863 mil para garantia do juízo referente a execução do processo 0000852-08.2011.5.01.0027. Após a garantia do juízo, será apresentado os embargos à execução para discutir o mérito dos cálculos que foram homologados.

### (iii) Depósitos Judiciais – Cíveis

Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 0043616-49.2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF. Valor atualizado pelo Índice de Correção IPCA-e.

Descrição	31/12/2022	Atualizações	Adições	*Reversões	31/12/2023
Trabalhistas	310	31	982	(4)	1.319
Previdenciário	3.928	200	-	(15)	4.113
Cíveis	161	9	-	(2)	168
<b>Total</b>	<b>4.399</b>	<b>240</b>	<b>982</b>	<b>(20)</b>	<b>5.600</b>

\*Reversões de atualização monetária.

## 9. IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31.12.2022 Líquido	31.12.2021 Líquido
Instalações	10%	2.400	(479)	1.921	2.161
Máquinas e Equipamentos	10%	792	(715)	77	98
Equipamentos de Informática	20%	11.462	(6.818)	4.644	2.424
Móveis e Utensílios	10%	2.186	(1.997)	189	187
<b>Total</b>		<b>16.840</b>	<b>(10.009)</b>	<b>6.831</b>	<b>4.870</b>

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31.12.2023 Líquido	31.12.2022 Líquido
Instalações	10%	2.400	(719)	1.681	1.921
Máquinas e Equipamentos	10%	792	(736)	56	77
Equipamentos de Informática	20%	11.716	(8.103)	3.613	4.644
Móveis e Utensílios	10%	2.161	(1.996)	165	189
<b>Total</b>		<b>17.069</b>	<b>(11.554)</b>	<b>5.515</b>	<b>6.831</b>

A movimentação do período está apresentada a seguir:

Descrição	31.12.2021 Líquido	Adições	Depreciação	Baixa de Depreciação	31.12.2022 Líquido
Instalações	2.161	-	(240)	-	1.921
Máquinas e Equipamentos	98	-	(21)	-	77
Equipamentos de informática	2.424	3.468	(1.248)	-	4.644
Móveis e utensílios	187	40	(38)	-	189
<b>Total</b>	<b>4.870</b>	<b>3.508</b>	<b>(1.547)</b>	<b>-</b>	<b>6.831</b>

Descrição	31.12.2022 Líquido	Adições	Depreciação	Baixa de Depreciação	31.12.2023 Líquido
Instalações	1.921	-	(240)	-	1.681
Máquinas e equipamentos	77	-	(21)	-	56
Equipamentos de informática	4.644	391	(1.422)	-	3.613
Móveis e utensílios	189	17	(41)	-	165
<b>Total</b>	<b>6.831</b>	<b>408</b>	<b>(1.724)</b>	<b>-</b>	<b>5.515</b>

## 10. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Empresa analisou todos os contratos de aluguel de imóveis ativos, que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento. Para os arrendamentos mercantis em que a empresa é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos a valor presente dos pagamentos mínimos dos contratos de locação, a taxa de desconto 5,00% a.a.

Quanto a taxa de desconto, dada as características da EPE, não tem, objetivamente, parâmetros para calcular uma TIR (Taxa Interna de Retorno) nem uma taxa incremental, pois não é tomadora de recursos no mercado financeiro, não aplica caixa porque opera com dotação orçamentária do Governo Federal e não possui qualquer financiamento que não seja este aluguel de imóvel. Face a isto, a empresa buscou as seguintes opções:

- a) Taxa do contrato (IPCA);
- b) Previsão de inflação divulgada pelo Banco Central.

A Administração, dada a volatilidade, entende que o IPCA não é o mais recomendável.

Quanto a base "inflação", o BACEN divulgou a meta para 2024 a 2026, no patamar de 3,00%, mas com 1,5% como intervalo, significando ficar nesses anos entre 1,5 e 4,5%. A administração entende que adotar a previsão oficial da inflação não traz distorções consideráveis porque o IPCA não vem se comportando muito diferente desses patamares. Calculamos com 5%, o que não causa distorção material.

Foram considerados o prazo de arrendamento conforme vigência dos contratos de arrendamento (10 anos) e a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada imóvel.

Como se trata de locação de imóvel, sem intenção de compra, o ativo arrendado e depreciado, pelo método linear, de acordo com prazo do contrato.

#### A) MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO

Descrição	Custo	Amortização	31.12.2022	01.01.2022
	Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de bens	23.158	(2.725)	20.434	23.158
<b>Total</b>	<b>23.158</b>	<b>(2.725)</b>	<b>20.434</b>	<b>23.158</b>

Descrição	Custo	Amortização	31.12.2023	31.12.2022
	Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de bens	20.434	(2.725)	17.709	20.434
<b>Total</b>	<b>20.434</b>	<b>(2.725)</b>	<b>17.709</b>	<b>20.434</b>

O cálculo da amortização levou em conta o valor do reconhecimento inicial do ativo dividido pelo prazo remanescente do contrato em 1º de janeiro de 2022.

#### B) MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Arrendamento de curto prazo	2.544	2.374
Arrendamento de longo prazo	16.443	18.987
	<b>18.987</b>	<b>21.361</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022 (reconhecimento inicial)</b>	<b>23.158</b>	
Pagamentos do arrendamento	(2.895)	
Juros reconhecidos no resultado	1.098	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)</b>	<b>21.361</b>	
Pagamentos do arrendamento	(3.366)	
Juros reconhecidos no resultado	992	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>18.987</b>	

## 11. INTANGÍVEL

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

A amortização do Ativo Intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

Descrição	Taxa anual Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	31.12.2022 Líquido	31.12.2021 Líquido
Software	20%	12.791	(8.612)	4.179	4.461
<b>Total</b>		<b>12.791</b>	<b>(8.612)</b>	<b>4.179</b>	<b>4.461</b>

Descrição	Taxa anual Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	31.12.2023 Líquido	31.12.2022 Líquido
Software	20%	12.791	(10.115)	2.676	4.179
<b>Total</b>		<b>12.791</b>	<b>(10.115)</b>	<b>2.676</b>	<b>4.179</b>

A seguir posição do intangível com a movimentação do período:

Descrição	31.12.2021 Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Baixa de Amortização	31.12.2022 Líquido
Software	4.461	1.098	-	(1.380)	-	4.179
<b>Total</b>	<b>4.461</b>	<b>1.098</b>	<b>-</b>	<b>(1.380)</b>	<b>-</b>	<b>4.179</b>

Descrição	31.12.2022 Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Baixa de Amortização	31.12.2023 Líquido
Software	4.179	-	-	(1.503)	-	2.676
<b>Total</b>	<b>4.179</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.503)</b>	<b>-</b>	<b>2.676</b>

Conforme Contrato de Cessão Não Onerosa - CT-EPE-073/2022, em dezembro de 2022, foi realizada a doação de 15 softwares pelo Centro de Pesquisas em Energia Elétrica (CEPEL) no montante de R\$ 1.053. Como todos os softwares adquiridos, estes também necessitarão de manutenção anual que será prestado pelo CEPEL conforme contrato.

## 12. FORNECEDORES

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Seu montante de R\$ 883 tem como principais fornecedores a serem pagos em janeiro de 2024:

Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Futura Agência de Viagens e Turismo Ltda.	254	-
Austral Seguradora S.A.	195	-
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.	125	-
Universidade Patativa do Assaré	90	-

Viena Empreendimentos Ltda.	84	84
Primetech	-	65
Ideias Turismo Eireli	32	15
AMM Tecnologia	-	36
Thap Brindes Ltda.	-	25
NCT informática Ltda.	-	15
T & S locação de Mão de Obra em Geral – Ltda.	29	-
Time Multisserviços Ltda.	15	14
MGS Clean Soluções e Serviços Ltda.	11	10
Outros diversos	48	31
<b>Total</b>	<b>883</b>	<b>305</b>

### 13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

O saldo final é correspondente ao mês de dezembro/2023, com vencimento em janeiro/2024.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
INSS retido	33	30
IRRF s/ salários (i)	2.845	858
PIS e COFINS (ii)	3	98
<b>Total</b>	<b>2.881</b>	<b>986</b>

- (i) Em 2023, devido a alteração da metodologia de reconhecimento do IRRF s/ salários, consta em aberto as apurações das folhas de novembro e dezembro de 2023, apropriação de IRRF sobre 13º salário e IRRF sobre férias.
- (ii) Valor a recolher sobre as atualizações monetárias de depósitos judiciais e impostos recuperáveis, bem como sobre a receita de doação derivada do termo de acordo de cessão não onerosa de licenças de softwares com o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL, CT-EPE-073/2022, resultando no recebimento de doação de licenças de programas totalizando um valor de R\$ 1.053 em 2022.

### 14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os pagamentos das obrigações sociais e trabalhistas, tais como salários, férias e os respectivos encargos incidentes (INSS, FGTS e Outros), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	3.842	3.297
Provisões de férias e encargos	9.439	9.084
Rescisão a pagar	-	11
INSS a recolher	1.392	1.314
FGTS a pagar	629	608
<b>Total</b>	<b>15.302</b>	<b>14.314</b>

### 15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

#### A) AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL

O valor provisionado leva em consideração o valor da condenação indicado na decisão contrária a EPE e não necessariamente o valor da causa.

A decisão de provisionar considera a fase processual das ações judiciais e da própria natureza das

demandas (tributária, trabalhista ou cível). Em regra, solicita-se o provisionamento considerando a expectativa da execução do valor devido pela EPE.

A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Em 2023, foi realizada a transferência das provisões trabalhistas de curto prazo para longo prazo devido o aprimoramento no critério de apuração da expectativa de perda em processos trabalhistas envolvendo pleitos de pagamento de parcelas salariais vencidas e vincendas, mais consectários.

Até dezembro de 2023 o valor total de provisão de contingência com risco provável de perda é de R\$ 11.016, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2022	Atualizações	Adições	*Reversões e Baixas	31/12/2023
Trabalhistas	3.229	1.478	4	(675)	4.036
Tributárias	6.634	1.056	-	(712)	6.978
Cíveis	2	-	-	-	2
<b>Total</b>	<b>9.865</b>	<b>2.534</b>	<b>4</b>	<b>(1.387)</b>	<b>11.016</b>

\*Reversão trabalhistas e baixas cíveis

### **Trabalhistas**

A EPE é ré em reclamações trabalhistas individuais, principalmente relacionadas a diferenças salariais, reintegração com pagamento de salários e danos morais e reversão de justa causa. Constituiu provisão baseada em informações históricas, modelos estatísticos e prognósticos de perda. O valor foi atualizado em 31/12/2023, conforme cálculos da PLM consultoria e já engloba os honorários de sucumbência. Esse valor é progressivo mês a mês em face do deferimento do pleito de incorporação de gratificação de função.

Em 2023, O processo 0000852-08.2011.5.01.0027 sofreu ajustes em função do depósito judicial efetuado. A EPE adota como critério provisionar como perda, em casos que já existem depósitos judiciais com mesmo valor.

### **Tributárias**

As contingenciais fiscais referem-se aos processos pertinentes de ação anulatória de débitos fiscais e autos de infração, relacionados os principais abaixo:

#### **Processo nº: 04/354158/2008**

**Objeto:** Lançamento de ISS sobre a contrapartida devida pela EPE em convênios realizados com o Ministério de Minas e Energia com o débito suspenso até o trânsito em julgado. **Provisão:** R\$ 2.447.

#### **Processo nº: 18936-44.2010.4.01.3400**

**Objeto:** Anular os lançamentos realizados pela RFB decorrentes dos Autos de Infração n. 372001114, 372001122, 372001130, 372001149, 372001157 372001165, 372001173 e 370923740. Discussões acerca:

(i) da incidência de contribuições à seguridade social (parte patronal) sobre honorários pagos a Conselheiros (CA e CF) e Diretores; (ii) da incidência de contribuição social sobre auxílio moradia pago a empregados cedidos; (iii) da incidência contribuição à seguridade social sobre honorários de membro do CF vinculado a regime próprio; (iv) das incidências de contribuições ao Sistema "S"; (v) da existência de imunidade recíproca.

**Provisão:** R\$ 4.525

Em 2023, os referidos processos sofreram ajustes das atualizações monetárias e conciliações entre depósitos judiciais e provisões passíveis.

### **Processos Cíveis**

Refere-se ao processo originado do auto de infração pelo não registro da EPE no CREA/RJ.

## B) AÇÕES COM RISCO DE PERDA POSSÍVEL

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para demandas judiciais e administrativas que tiverem parecer da Consultoria Jurídica da EPE com avaliação de perda como possíveis.

A seguir as ações consideradas como perdas possíveis até a data do fechamento do período:

Descrição	31/12/2022	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	31/12/2023
Trabalhistas	308	45	13	(6)	360
Ambiental	4	-	-	(3)	1
Cíveis	5.044	492	-	(1.738)	3.798
Tributárias	8.676	109	-	(140)	8.645
<b>Total</b>	<b>14.032</b>	<b>646</b>	<b>13</b>	<b>(1.887)</b>	<b>12.804</b>

## 16. PREVIDÊNCIA PRIVADA

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no Passivo Circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
A – Contribuições da Patrocinadora	351	336
B – Contribuições dos Empregados	347	332
<b>Total</b>	<b>698</b>	<b>668</b>

## 17. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE totalmente integralizado pela União correspondente a R\$ 31.019 em 31 de dezembro de 2023. A última deliberação de aumento de capital ocorreu em 17 de abril de 2023.

## 18. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizada em 20 de abril de 2020, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN representante do acionista, com base no Parecer SEI Nº 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI nº 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, os recursos orçamentários recebidos em 2023 para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Macro função SIAFI 021122 (Item 2 da Ata da 4ª AGO).

O total de recursos recebidos para AFAC até dezembro de 2023 foi de R\$ 439, conforme a seguir:

Fonte	PF Solicitação	Data	PF Recebimento	Entrada do Recurso	Recurso Recebido
0100000000	2023PF000017	30/03/2023	2023PF000017	30/03/2023	16
0100000000	2023PF000023	25/04/2023	2023PF000282	26/04/2023	13
0100000000	2023PF000033	02/08/2023	2023PF000519	03/08/2023	204
0100000000	2023PF000036	11/09/2023	2023PF000585	13/09/2023	14

0100000000	2023PF000039	06/10/2023	2023PF000666	16/10/2023	18
0100000000	2023PF000043	13/11/2023	2023PF000756	14/11/2023	127
0100000000	2023PF000043	06/12/2023	2023PF000830	08/12/2023	47
<b>TOTAL RECEBIDO</b>					<b>439</b>

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998), conforme Macro função SIAFI 021122 - item 2.3.8.

Na 15ª AGE realizada em 17/04/2023 foi aprovada a proposta da administração de aumentar o capital social da companhia de R\$ 28.469 para R\$ 31.019, mediante a incorporação de recursos recebidos a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 2.550, sem emissão de novas ações, a ser subscrito e integralizado pela União, bem como da subsequente alteração do art. 7º do Estatuto Social, de modo a expressar o novo valor do capital social da companhia nos termos do art. 167 da Lei nº 6.404, de 1976.

## 19. PREJUÍZOS ACUMULADOS

A EPE encerra o exercício de 2023 com um prejuízo de R\$ 2.758, que somado com o saldo de períodos anteriores de R\$ 6.737, totaliza um prejuízo acumulado de R\$ 9.495, razão pela qual não haverá destinação de resultados, seja para reserva de qualquer natureza, seja para Dividendos Mínimos Obrigatórios, conforme quadro abaixo:

(-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>(6.737)</b>
Prejuízo do período	(2.758)
(-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>(9.495)</b>

## 20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2023 de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-SEST:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Diretores incluindo presidente	R\$ 35	R\$ 12 (*)	R\$ 22
Empregados - Nível Médio	R\$ 32 (**)	R\$ 4	R\$ 8
Empregados - Nível Superior	R\$ 32 (***)	R\$ 12 (****)	R\$ 18

(\*) Honorários pagos à Dirigente cedido.

(\*\*) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Função Gratificada.

(\*\*\*) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.

(\*\*\*\*) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

Ainda conforme determinação da CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022 os quadros abaixo apresentam os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com benefícios a empregados até 31/12/2023:

Descrição	R\$ mil
Remuneração média mensal dos Conselheiros de administração	3
Remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais	3
Quantidade de empregados contratados	335
Gasto médio com previdência privada	363
Gasto médio com benefícios a empregados	455

## 21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

Custos e Despesas por função	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado
Custos dos serviços prestados	(83.782)	(75.791)
Despesas operacionais	(44.063)	(44.643)
<b>Total</b>	<b>(127.845)</b>	<b>(120.434)</b>
<b>Custos e Despesas por Natureza</b>		
Pessoal (i)	(93.991)	(87.551)
Materiais	(56)	(164)
Serviços de Terceiros (ii)	(14.948)	(14.059)
Gerais de Funcionamento das instalações (iii)	(9.477)	(9.004)
Gerais da Administração (iv)	(8.517)	(8.248)
Impostos, Taxas e Contribuições	(852)	(1.172)
Provisões para Contingências	(4)	(236)
<b>Total</b>	<b>(127.845)</b>	<b>(120.434)</b>

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R\$52.357), provisões de férias (R\$ 5.925), abono pecuniário de férias (R\$ 605), 13º salário (R\$4.853), encargos sociais – INSS e FGTS (R\$18.793), licença maternidade e paternidade – Prorrogação (R\$ 244), Indenizações (R\$ 134), Incorporação Função Gratificada (R\$ 63), benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R\$9.816), estagiários (R\$842), despesa com jovem aprendiz (R\$43) e requisição de pessoal (R\$316) de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de dezembro/2023.

(ii) Os valores apropriados até dezembro/2023, referem-se, aos serviços de consultorias (R\$5.493), serviços de apoio técnico profissional (R\$2.889), treinamentos (R\$1.898), Serviços prestados por pessoas físicas (R\$16) processamento de dados (R\$28), manutenção de equipamentos de informática (R\$355), serviço fiscal/tributário (R\$251), cessão temporária e manutenção de softwares (R\$3.740), Serviços de Clipping de Multimídia (R\$39) e locação de Veículos (R\$ 239).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até dezembro/2023, relativos à 809energia elétrica (R\$809), telecomunicações (R\$28), correios e malotes (R\$2), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R\$3.228), Aluguéis de equipamentos (R\$101), serviços de limpeza e higiene (R\$763), serviços gerais (R\$505), condomínio (R\$1.281), manutenção e reparos (R\$35) e Amortização Arrendamento Mercantil (R\$2.725).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria (R\$1.169), honorários dos conselhos (R\$398), viagens de empregados a serviço da empresa (R\$3.084), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R\$3.529), despesas legais e judiciais (R\$10), honorários comitê auditoria (R\$135) e seguro de responsabilidade civil (R\$192) apropriadas no período de janeiro/23 a dezembro/2023.

## 22. SUBSÍDIOS DO TESOUREO NACIONAL

O saldo da conta representa os valores liberados pelo Tesouro Nacional, a título de subsídios públicos, com o objetivo de prover recursos para a cobertura dos custos, despesas e investimentos da EPE, na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
A – Recursos recebidos do Tesouro Nacional	122.465	110.355
<b>Total</b>	<b>122.465</b>	<b>110.355</b>

## 23. OUTRAS RECEITAS – LEILÕES ANEEL

O saldo da conta refere-se aos ressarcimentos dos valores feitos pela ANEEL referentes aos estudos constantes na documentação técnica dos empreendimentos que compõem os lotes do leilão de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão ANEEL 02-2022 Processo 48500.003385/2022-76, lotes 01; 03; 04 e 05. Leilão ANEEL 01-2023 Processo 48500.007497/2022-04, lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Reembolso de Custos e Despesas – Leilões ANEEL	4.162	6.294
Outras receitas	-	1.499
<b>Total</b>	<b>4.162</b>	<b>7.793</b>

## 24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
<b>Receita Financeira (i)</b>		
Rendas de Variações Monetárias	600	953
<b>Total</b>	<b>600</b>	<b>953</b>
<b>Despesas financeiras (ii)</b>		
Variações monetárias	(2.140)	(2.046)
<b>Total</b>	<b>(2.140)</b>	<b>(2.046)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.540)</b>	<b>(1.093)</b>

(i) O saldo da conta representa os valores apurados relativos às receitas de variações monetárias (R\$ 594) e descontos obtidos (R\$6).

(ii) Despesas com atualização monetária sobre provisões para contingência (R\$ 1.148) e apropriação de juros do arrendamento mercantil (R\$ 992).

## 25. APURAÇÃO IRPJ E CSLL

- a) Em 2023 a empresa está enquadrada no regime tributário Lucro Real com Antecipação Mensal por Estimativas conforme apuração abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022 (reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(2.758)	(2.758)	(3.379)	(3.379)
Adições	5.137	5.137	5.238	5.238
Exclusões	(3.378)	(3.378)	(2.895)	(2.895)
<b>Base de cálculo antes das compensações negativas</b>	<b>(999)</b>	<b>(999)</b>	<b>(1.036)</b>	<b>(1.036)</b>
Alíquota utilizada para cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total dos incentivos fiscais	-	-	-	-
<b>DESPESA IRPJ/CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	(842)	(335)	(668)	(268)
<b>CRÉDITO DE IRPJ/CSLL</b>	<b>(842)</b>	<b>(335)</b>	<b>(668)</b>	<b>(268)</b>

- b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
--	------------	-------------------------------

<b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(2.758)</b>	<b>(3.379)</b>
Alíquota nominal vigente	34%	34%
<b>Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b>	<b>938</b>	<b>1.149</b>
<b>Reconciliação para a taxa efetiva</b>		
<b>Adições</b>		
Licença paternidade e maternidade prorrogada	(82)	(60)
Provisões de processos	(6)	(78)
Variações monetárias de provisões judiciais	(390)	(324)
Outras adições	(4)	(20)
Aprop. Juros Arrendamento Mercantil	(337)	(373)
Amortização Arrend. Mercantil	(926)	(926)
<b>Exclusões:</b>		
Reversão de provisão de processos	4	8
Amortização de arrendamento mercantil	1.144	984
<b>Débito do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>341</b>	<b>360</b>
Diferido não reconhecido (i)	341	360

(i) Créditos tributários diferidos - não registrados

Os créditos tributários diferidos não registrados pela empresa em 31 de dezembro de 2023 representam o montante de R\$ 1.177 (R\$936 em 31 de dezembro de 2022), composto por R\$842 (R\$668 em 31 de dezembro de 2022) de IRPJ e R\$335 (R\$268 em 31 de dezembro de 2022) de CSLL, representados por prejuízo fiscal e diferenças temporárias. O montante será registrado contabilmente a partir do momento em que a Companhia atender a todas as premissas para o registro do referido crédito tributário.

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, o que normalmente coincide com seu valor de aquisição, mais os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou Emissão.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativos Financeiros</b>		
<b><u>Custo amortizado</u></b>		
Caixa – Conta única	33.538	30.622
	<u>33.538</u>	<u>30.622</u>
<b>Passivos Financeiros</b>		
<b><u>Custo amortizado</u></b>		
Fornecedores	883	305
	<u>883</u>	<u>305</u>

Caixa e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O custo histórico reflete o valor justo de mensuração.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a empresa adota a técnica de avaliação de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

## 27. INTERESSE PÚBLICO

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidades assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria justamente desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar “a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional” (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsecamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional. A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

## 28. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o item 9 do CPC 05, Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. A Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE (Política e Diretriz nº PDG-COA-012) arrola, em seu item nº 2 (definições), as pessoas físicas e/ou jurídicas que, além da União, devem ser reputadas partes relacionadas à EPE. A referida política também define a transação com parte relacionada como sendo qualquer ajuste de obrigações, por qualquer instrumento ou fundamento, entre a EPE e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado uma contrapartida financeira. Levando-se em consideração este conceito, em cumprimento à obrigação trazida pelo item nº 6.3 da já mencionada política, é possível afirmar que, no 4º Trimestre de 2023, os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, todas celebradas pela EPE, (i) em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE; (ii) com pessoas jurídicas de direito público e privado; (iii) sem cobrança de contrapartida financeira; e (iv) destinados ao desempenho de suas competências, conforme autoriza o § 2º do art. 5º do Estatuto da EPE:

A EPE é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e efetuada pagamentos de servidores/empregados públicos requisitados, pela EPE, para compor o quadro e de diretores, conselheiros e membros de comitê de auditoria. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir:

### Quadro 1 – Remuneração do pessoal-chave da administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração e Fiscal.

O montante registrado (conforme quadro abaixo) é relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, gratificações e benefícios de curto prazo.

	31/12/2023	31/12/2022
Diretores	1.169	1.725
Conselheiros de Administração e Fiscal	398	387

### Quadro 2 – Transações com o Estado de São Paulo

R\$	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo Circulante</b>		
Ressarcimento a Universidade do Estado de São Paulo - USP	-	25

A EPE possui em seus quadros funcionários cedidos/requisitados/movimentados de/para, outros órgãos da administração pública, de acordo com o decreto 10.835/2021. A EPE não efetua e não recebe ressarcimento de

servidores/empregados que os órgãos de origem façam parte do Orçamento Fiscal da União. O quadro abaixo apresenta a quantidade de servidores/empregados cedidos/requisitados:

**Quadro 3 – Servidores/empregados cedidos de outros órgãos para EPE**

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Auditor Interno	Requisitado	CGU	Não
Assessor de Diretor	Requisitado	STJ	Sim
Chefe de Gabinete	Requisitado	MGI	Não
Assessor de Presidente	Requisitado	BB	Sim

**Quadro 4 – Servidores/empregados cedidos da EPE para outros órgãos**

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Analista de Pesquisa	Requisitado	MME	Não
Analista de Pesquisa	Requisitado	MME	Não
Analista de Pesquisa	Requisitado	PR	Não
Analista de Pesquisa	Requisitado	GSP	Sim
Analista de Pesquisa	Requisitado	Eletronuclear	Sim
Analista de Pesquisa	Requisitado	CETESB	Sim
Analista de Gestão	Movimentado	ANP	Não
Analista de Gestão	Movimentado	MPOG	Não

**Quadro 5 – Diretores/Conselheiros da Administração Pública**

CARGO NA EPE	ORGÃO
Diretor Presidente e Conselheiro de Administração	Agência Nacional de Energia Elétrica
Diretor de Estudos de Petróleo, Gás, e Biocombustíveis – DPG	Agência Nacional do Petróleo
Diretor de Estudos de Energia Elétrica	Agência Nacional de Energia Elétrica
Conselheiro de Administração (um)	EPE
Conselheiro de Administração (dois)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Fazenda
Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Gestão e Inovação
Conselheiro Fiscal (dois titulares e dois suplentes)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro Fiscal (um titular e um suplente)	Ministério da Fazenda

**Informações adicionais:**

- Diretores cedidos à EPE: ANEEL e ANP. Nenhum dos dois órgãos recebe ressarcimento. Não há pagamento de INSS nem FGTS.
- Para os conselheiros que possuem cargo estatutário não há recolhimento de INSS, para os demais há recolhimento de INSS.

**Partes Relacionadas com Pessoa Jurídica**

**Acordos de cooperação técnica**

Conveniente	Tipo de Relação	Objeto	Vigência
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Acordo de Cooperação Técnica	Ações de cooperação por meio de compartilhamento de bases de dados e informações institucionais.	Em Elaboração
Pré-sal Petróleo S.A (PPSA)	Acordo de Cooperação Técnica	Promoção do desenvolvimento de atividades econômicas integrantes da Indústria do Petróleo, do Gás Natural, dos Biocombustíveis e da Energia.	Em Elaboração
Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS	Acordo de Cooperação Técnica	Cooperação Técnico-Operacional que entre si celebram a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para	31/08/2023 a 30/08/2028

		fins de intercâmbio de dados e informações e elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições. Fundamento: art. 5º, § 2º, inciso I do Estatuto Social da EPE	
<u>Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Organização do 15º Clean Energy Ministerial (CEM) e 9ª Reunião Ministerial da Mission Innovation (MI)	16/03/2023 a 16/03/2024
<u>Agência Nacional de Petróleo – ANP</u>	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Intercâmbio de informações e elaboração de estudos (DPG/GAB)	11/01/2023 a 10/01/2028
<u>Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)</u>	Protocolo de intenções	Definição das linhas gerais de colaboração entre as PARTES no desenvolvimento de iniciativas favoráveis a atração de investimentos para adensamento das cadeias produtivas e para projetos de infraestrutura dos setores prioritários.	09/11/2022 a 09/11/2026
<u>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Realização de uma avaliação dos efeitos locais da construção de usinas hidrelétricas.	27/07/2022 a 27/01/2025
<u>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</u>	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Constitui objeto do acordo o estabelecimento de regras entre as partes para fins de: (a) intercâmbio dos dados e informações estritamente necessários ao desenvolvimento das atividades das PARTES; e (b) elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições.	28/07/2020 a 28/07/2025
<u>Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Instituir a cooperação dos participantes com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, visando à compatibilização conceitual das mesmas e à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados objetivando a elaboração das Contas Econômicas Ambientais de Energia do Brasil.	11/06/2021 a 11/06/2026
<u>Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de cooperação técnica que tem por objeto estabelecer as diretrizes sob as quais os participantes, em comum acordo, se propõem a realizar o intercâmbio de conhecimento e elaboração de estudos energéticos sobre o potencial energético e estimativas de viabilidade técnica e econômica no mercado de energia.	03/09/2021 a 03/09/2025

Acordos encerrados no quarto trimestre:

Escola Nacional de Administração Pública – ENAP – Descentralização de Crédito Orçamentário e Financeiro nº 2023NC000001 - vigência 31/12/2023.

## 29. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI

Em cumprimento ao Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Ativo circulante	39.355	40.080	(725)
Ativo não circulante	31.681	31.680	1
<b>Total do Ativo</b>	<b>71.036</b>	<b>71.760</b>	<b>(724)</b>
Passivo circulante	16.220	22.338	(6.118)

Passivo não circulante	29.472	27.459	2.013
Patrimônio líquido	25.344	21.963	3.381
<b>Total do Passivo</b>	<b>71.036</b>	<b>71.760</b>	<b>(724)</b>

A conciliação apresentou uma diferença no total de (R\$ 724). Não foi possível o ajuste no SIAFI em razão do prazo de fechamento do sistema ser exíguo para a conciliação entre os encerramentos da contabilidade privada e pública.

As justificativas por grupamento do Balanço Patrimonial estão descritas abaixo:

a) O Ativo Circulante apresentou uma diferença de R\$ 724 conforme demonstrado na tabela abaixo. Tributos a compensar refere-se à utilização de créditos tributários.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Tributos a Recuperar/compensar	2.890	3.614	(724)
<b>Total</b>	<b>2.890</b>	<b>3.614</b>	<b>(724)</b>

b) O Ativo Não Circulante não apresentou diferenças.

c) O Passivo Circulante apresentou uma diferença de (R\$ 6.118). Impactada pelos fornecedores, obrigações fiscais, obrigações trabalhistas e arrendamento mercantil em função da diferença de critérios. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Fornecedores	1.031	883	148
Obrigações Fiscais/Retenções tributárias	461	2.881	(2.420)
Obrigações Trabalhistas e Sociais/Cessão de pessoal/Previdência privada complementar	14.728	16.026	(1.298)
Arrendamento Mercantil	-	2.544	(2.544)
Demais Obrigações de CP	-	4	(4)
<b>Total</b>	<b>16.220</b>	<b>22.338</b>	<b>(6.118)</b>

d) O passivo não circulante apresentou diferença de R\$ 2.012 em função das provisões para contingências e arrendamento mercantil. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Provisões para Contingências	11.763	11.016	747
Arrendamento Mercantil	17.708	16.443	1.265
<b>Total</b>	<b>29.471</b>	<b>27.459</b>	<b>2.012</b>

e) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas as informações prestadas nos itens (a), (b) e (c) e deverão ter suas regularizações providenciadas no próximo mês.

### 30. SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, é assim demonstrada:

Modalidade	Montante cobertura	Vigência
Responsabilidade civil	R\$ 195	31/12/2024

A adequação dos limites de cobertura dos seguros contratados não é escopo dos auditores independentes.

\*\*\*\*

**THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO**

Presidente

**THIAGO IVANOSKI TEIXEIRA**

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

**HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES**

Diretora de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

**REINALDO DA CRUZ GARCIA**

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

**ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO**

Diretora de Gestão Corporativa

**SANDRO DA SILVA ABILIO**

Contador – CRC-RJ 093927/0

## 4Q.2023\_Demonstrações Financeiras.docx

Documento número #a40fb8d8-1c8b-421a-8b85-9300a78eecab

Hash do documento original (SHA256): 371a2d480b56b49cc198bb53214ee4bd73e13ffd832a8b335bec7c77cd2d695f

### Assinaturas

✓ **Thiago Guilherme Ferreira Prado**

CPF: 857.938.841-49

Assinou em 26 fev 2024 às 11:45:05

✓ **Thiago Ivanoski Teixeira**

CPF: 008.312.675-93

Assinou em 26 fev 2024 às 15:54:27

✓ **Heloisa Borges Bastos Esteves**

CPF: 086.693.437-54

Assinou em 26 fev 2024 às 09:37:15

✓ **Reinaldo da Cruz Garcia**

CPF: 121.944.628-99

Assinou em 27 fev 2024 às 08:14:32

✓ **Angela Regina Livino de Carvalho**

CPF: 029.716.487-29

Assinou em 26 fev 2024 às 11:25:17

✓ **Sandro da Silva Abilio**

CPF: 047.501.187-29

Assinou em 26 fev 2024 às 10:23:55

### Log

26 fev 2024, 09:28:50

Operador com email [jessica.magalhaes@epe.gov.br](mailto:jessica.magalhaes@epe.gov.br) na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número a40fb8d8-1c8b-421a-8b85-9300a78eecab. Data limite para assinatura do documento: 01 de março de 2024 (23:59). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

- 26 fev 2024, 09:28:50 Operador com email [jessica.magalhaes@epe.gov.br](mailto:jessica.magalhaes@epe.gov.br) na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: [prado.thiago@epe.gov.br](mailto:prado.thiago@epe.gov.br) para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Guilherme Ferreira Prado.
- 26 fev 2024, 09:28:50 Operador com email [jessica.magalhaes@epe.gov.br](mailto:jessica.magalhaes@epe.gov.br) na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: [thiago.teixeira@epe.gov.br](mailto:thiago.teixeira@epe.gov.br) para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Ivanoski Teixeira.
- 26 fev 2024, 09:28:50 Operador com email [jessica.magalhaes@epe.gov.br](mailto:jessica.magalhaes@epe.gov.br) na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: [heloisa.esteves@epe.gov.br](mailto:heloisa.esteves@epe.gov.br) para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Heloisa Borges Bastos Esteves.
- 26 fev 2024, 09:28:51 Operador com email [jessica.magalhaes@epe.gov.br](mailto:jessica.magalhaes@epe.gov.br) na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: [reinaldo.garcia@epe.gov.br](mailto:reinaldo.garcia@epe.gov.br) para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Reinaldo da Cruz Garcia.
- 26 fev 2024, 09:28:51 Operador com email [jessica.magalhaes@epe.gov.br](mailto:jessica.magalhaes@epe.gov.br) na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: [angela.livino@epe.gov.br](mailto:angela.livino@epe.gov.br) para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Angela Regina Livino de Carvalho.
- 26 fev 2024, 09:28:51 Operador com email [jessica.magalhaes@epe.gov.br](mailto:jessica.magalhaes@epe.gov.br) na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: [sandro.abilio@epe.gov.br](mailto:sandro.abilio@epe.gov.br) para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sandro da Silva Abilio.
- 26 fev 2024, 09:37:15 Heloisa Borges Bastos Esteves assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail [heloisa.esteves@epe.gov.br](mailto:heloisa.esteves@epe.gov.br). CPF informado: 086.693.437-54. IP: 189.125.124.27. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.94101868682097 e longitude -43.1798844289682. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.763.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 26 fev 2024, 10:23:55 Sandro da Silva Abilio assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail [sandro.abilio@epe.gov.br](mailto:sandro.abilio@epe.gov.br). CPF informado: 047.501.187-29. IP: 179.70.112.204. Componente de assinatura versão 1.763.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 26 fev 2024, 11:25:17 Angela Regina Livino de Carvalho assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail [angela.livino@epe.gov.br](mailto:angela.livino@epe.gov.br). CPF informado: 029.716.487-29. IP: 189.122.133.36. Componente de assinatura versão 1.763.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 26 fev 2024, 11:45:05 Thiago Guilherme Ferreira Prado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail [prado.thiago@epe.gov.br](mailto:prado.thiago@epe.gov.br). CPF informado: 857.938.841-49. IP: 187.180.230.127. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.424459 e longitude -42.97615133333334. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.763.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

---

26 fev 2024, 15:54:27	Thiago Ivanoski Teixeira assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail thiago.teixeira@epe.gov.br. CPF informado: 008.312.675-93. IP: 177.17.8.65. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.957667597353637 e longitude -43.1910688418835. URL para abrir a localização no mapa: <a href="https://app.clicksign.com/location">https://app.clicksign.com/location</a> . Componente de assinatura versão 1.765.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
27 fev 2024, 08:14:32	Reinaldo da Cruz Garcia assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail reinaldo.garcia@epe.gov.br. CPF informado: 121.944.628-99. IP: 177.47.116.40. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.899785695062427 e longitude -43.177858727892534. URL para abrir a localização no mapa: <a href="https://app.clicksign.com/location">https://app.clicksign.com/location</a> . Componente de assinatura versão 1.765.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
27 fev 2024, 08:14:33	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número a40fb8d8-1c8b-421a-8b85-9300a78eecab.

---

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº a40fb8d8-1c8b-421a-8b85-9300a78eecab, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



55 47 3035-2668  
Rua Joinville, 308  
Vila Nova - 89.035-200  
Blumenau | SC | Brasil  
berkan@berkan.com.br

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Empresa de Pesquisa Energética – EPE**  
Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Pesquisa Energética** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”**. Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Going Concern – Continuidade

As Demonstrações Financeiras da EPE foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são aplicáveis a uma empresa em atividade normal. Essas práticas pressupõem a realização dos ativos e a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Nesse sentido, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.1, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 14.822, publicada em 23 de janeiro de 2024, aprovou uma dotação orçamentária total no valor de R\$ 170 milhões. Deste montante, R\$ 144 milhões foram destinados a despesas com pessoal, encargos e benefícios, atendendo assim a todas as necessidades da empresa relacionadas a essas rubricas, enquanto R\$ 26 milhões foram alocados para despesas discricionárias.

É importante ressaltar que os valores aprovados para as despesas discricionárias são inferiores aos valores pleiteados, que totalizavam R\$ 55 milhões. Diante desse cenário, a EPE implementou um plano de contingência e está em negociações com as autoridades superiores visando à obtenção de suplementação orçamentária.

Diante dos desafios e entendendo que a dependência por recursos do Tesouro é um fator decisivo para a capacidade da Empresa cumprir com suas responsabilidades, a continuidade operacional depende do projeto de lei orçamentário e das suplementações aprovadas pela União. Nossa opinião não contém modificação em virtude deste assunto.

## Reapresentação dos saldos comparativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa 3.15, as demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas. Tais alterações referem-se ao saldo de abertura em 01 de janeiro de 2022 e ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, visando refletir adequadamente a aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Essas mudanças estão em conformidade com o estipulado pelo CPC 23 (IAS 08) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, assim como pelo CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em 17 de fevereiro de 2023, emitimos um relatório de auditoria, sem modificações, acerca das demonstrações financeiras da empresa, que agora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião permanece inalterada, já que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de maneira retrospectiva.

## Outros Assuntos

---

### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

---

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo Conselho de Administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 26 de fevereiro de 2024.

Berkan Auditores Independentes S.S.  
CRC SC-009075/O-7



Bradley Ricardo Moretti  
Sócio Responsável Técnico  
CRC SC-023618/O-6

# DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Rio de Janeiro (RJ), 16 de fevereiro de 2023

À  
**Berkan Auditores Independentes S.S.**  
Rua Joinville, 308 – Vila Nova  
89035-200, Blumenau/SC

Esta carta de representações é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras da **Empresa de Pesquisa Energética (“Empresa” ou “EPE”)** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nós reconhecemos que obter representações de nossa parte sobre as informações contidas nesta carta é um procedimento importante para permitir-lhes concluir se, com base em sua auditoria, as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EPE em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, reconhecemos que obter representações de nossa parte também representa um procedimento importante para permitir-lhes concluir se, em sua auditoria, a demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram elaboradas adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras examinadas por V. Sas. apresentam os seguintes valores básicos, em milhares de Reais:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>	71.760	71.807
<b>Passivo</b>	49.797	47.525
<b>Patrimônio líquido</b>	21.963	24.282
<b>Prejuízo do exercício</b>	(2.758)	(3.379)

Reconhecemos que o objetivo de sua auditoria das demonstrações financeiras da EPE é o de expressar uma opinião sobre as mesmas e sua auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais envolvem o exame dos sistemas contábeis, da estrutura de controles internos da Empresa e informações relacionadas na extensão em que vocês julgaram necessário de acordo com as circunstâncias, e seu propósito não é o de identificar – bem como não necessariamente ser esperado identificar – todas as fraudes, erros e outras irregularidades que possam existir.

Reconhecemos nossa responsabilidade pela apresentação adequada das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entendemos que V.Sas. irão emitir um relatório sem modificações com parágrafo de “Ênfase” e de “Outros Assuntos” sobre as demonstrações financeiras da Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme replicado abaixo de acordo com seu relatório de auditoria:

## Ênfase

### **Going Concern – Continuidade**

As Demonstrações Financeiras da EPE foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são aplicáveis a uma empresa em atividade normal. Essas práticas pressupõem a realização dos ativos e a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Nesse sentido, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.1, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 14.822, publicada em 23 de janeiro de 2024, aprovou uma dotação orçamentária total no valor de R\$ 170 milhões. Deste montante, R\$ 144 milhões foram destinados a despesas com pessoal, encargos e benefícios, atendendo assim a todas as necessidades da empresa relacionadas a essas rubricas, enquanto R\$ 26 milhões foram alocados para despesas discricionárias.

É importante ressaltar que os valores aprovados para as despesas discricionárias são inferiores aos valores pleiteados, que totalizavam R\$55 milhões. Diante desse cenário, a EPE implementou um plano de contingência e está em negociações com as autoridades superiores visando à obtenção de suplementação orçamentária.

Diante dos desafios e entendendo que a dependência por recursos do Tesouro é um fator decisivo para a capacidade da Empresa cumprir com suas responsabilidades, a continuidade operacional depende do projeto de lei orçamentário e das suplementações aprovadas pela União. Nossa opinião não contém modificação em virtude deste assunto.

#### **Reapresentação dos saldos comparativos**

Conforme divulgado na Nota Explicativa 3.15, as demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas. Tais alterações referem-se ao saldo de abertura em 01 de janeiro de 2022 e ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, visando refletir adequadamente a aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Essas mudanças estão em conformidade com o estipulado pelo CPC 23 (IAS 08) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, assim como pelo CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em 17 de fevereiro de 2023, emitimos um relatório de auditoria, sem modificações, acerca das demonstrações financeiras da empresa, que agora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião permanece inalterada, já que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de maneira retrospectiva.

#### **Outros Assuntos**

##### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fazemos, portanto, as seguintes declarações de responsabilidade, que são verdadeiras segundo nosso conhecimento e entendimento, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente:

#### **A. Demonstrações financeira e registros financeiros**

1. Cumprimos com nossas responsabilidades identificadas na carta de contratação de auditoria aditivada e assinada em 10 de março de 2023, para a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Reconhecemos, como membros da Diretoria da Empresa, nossa responsabilidade pela justa apresentação das demonstrações financeiras. Acreditamos que as demonstrações financeiras refletem uma visão verdadeira e justa em todos os aspectos materiais da situação financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa da EPE, e estão livres de distorções materiais, incluindo omissões. Nós aprovamos as demonstrações financeiras em 16 de fevereiro de 2024.
3. As práticas contábeis significativas adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão apropriadamente descritas nas demonstrações financeiras.
4. Como membros da Diretoria da Empresa, acreditamos que a EPE possui um sistema de controles internos adequado que permite a preparação de demonstrações financeiras exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

## **B. Não conformidade com leis e regulamentos, incluindo fraude**

1. Reconhecemos que somos responsáveis por determinar que as atividades da Empresa sejam conduzidas de acordo com as leis e regulamentos e que somos responsáveis por identificar e resolver qualquer falta de conformidade com as leis ou regulamentos aplicáveis, inclusive fraude.
2. Levamos ao seu conhecimento o resultado da nossa avaliação do risco de que as demonstrações financeiras possam ter distorções relevantes em decorrência de fraude.
3. Não temos conhecimento de qualquer não-conformidade com leis e regulamentos ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, incluindo fraude que poderiam afetar a Empresa (independentemente da fonte ou forma, incluindo, sem limitação alegações por denúncias), incluindo assuntos de não-conformidade:
  - Envolvendo impropriedades financeiras;
  - Relacionado a leis e regulamentos que têm efeito direto na determinação de valores relevantes e divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa;
  - Relacionado a leis e regulamentos que têm efeito indireto sobre os montantes e as divulgações nas demonstrações financeiras, mas o cumprimento das quais pode ser fundamental para as operações dos negócios da Empresa, sua capacidade de continuar em negócios ou evitar penalidades relevantes.
  - Envolvendo administração, ou funcionários que têm papéis significativos no controle interno ou outros.
  - Em relação a qualquer alegação de fraude, suspeita de fraude ou outra não conformidade com leis e regulamentos comunicados por funcionários, ex-funcionários, analistas, reguladores ou outros.

## **C. Lei de prevenção a crimes de lavagem de dinheiro**

1. Temos ciência de que a BERKAN pode ser requerida a prestar certas informações a órgãos reguladores ou governamentais de acordo com leis e normas profissionais. Um desses requerimentos refere-se à exigência aplicável ao auditor independente, que consta da Lei 12.683/2012 (Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, que alterou a Lei 9.613/98) e posteriores regulamentações, quando os profissionais ou organizações contábeis devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) situações que possam constituir indícios de “lavagem” de dinheiro, identificadas quando da prestação de seus serviços, no curso normal dos procedimentos de auditoria, revisão ou serviços correlatos. Neste sentido, quando aplicável, eventuais comunicações ao COAF, relacionadas a este assunto, devem ser efetuadas pelas firmas de auditoria de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, sem que sejamos notificados. Reconhecemos que tal notificação não representa violação de sigilo profissional a que vossa senhoria está sujeita no exercício das suas atividades profissionais.
2. Não temos conhecimento de nenhum evento passível de comunicação ao COAF de acordo com as Leis no 9.613/98 e 12.683/2012 ocorridos durante o exercício de 2023 e até a data de emissão desta carta.

## **D. Cumprimento às leis e regulamentos**

1. Conforme requerido pela NBC TA 250 de 07 de fevereiro de 2019, reconhecemos, como membros da Diretoria da Empresa, nossa responsabilidade pelo cumprimento de leis e regulamentos. Levamos ao seu conhecimento todos os descumprimentos ou suspeitas de descumprimento às leis e regulamentos, bem como todos os casos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devessem ser considerados na elaboração das demonstrações financeiras.
2. Conforme NBC PG 12 (R2) – Educação Profissional Continuada – emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, confirmamos que todos os responsáveis técnicos pelas demonstrações financeiras, ou que

Página 3 de 6

exercem funções de gerência/chefia no processo de elaboração das demonstrações financeiras cumpriram com o requerimento mínimo de 40 pontos de educação profissional continuada por ano calendário.

#### E. Informações fornecidas e totalidade das informações e transações

1. Nós respondemos a todas as indagações feitas a nós por seus representantes durante a sua auditoria.
2. Fornecemos aos seus representantes:
  - Acesso a todas as informações que entendemos como sendo relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros, documentações e outros assuntos;
  - Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria; e
  - Acesso irrestrito aos profissionais da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário para obter evidências de auditoria.
3. Todas as transações foram registradas nos livros contábeis e estão refletidas nas demonstrações financeiras.
4. Colocamos à disposição de seus representantes todas as atas de assembleias dos acionistas e de reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de pessoas, elegibilidade, sucessão e remuneração e Diretoria Executiva, (ou todos os resumos de assuntos tratados em reuniões recentes para os quais ainda não foram preparadas as correspondentes atas) realizadas desde 01 de janeiro de 2023 até a mais recente reunião realizada.
5. Confirmamos a totalidade das informações fornecidas em relação à identificação de partes relacionadas. Levamos ao seu conhecimento a identidade de todas as partes relacionadas da Empresa e todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas que temos conhecimento, incluindo vendas, compras, empréstimos, transferência de ativos, passivos e serviços, contratos de arrendamento, garantias, transações não monetárias e transações não envolvendo pagamento/recebimento para o período findo na data do balanço, bem como os saldos a receber de ou a pagar para as partes relacionadas na data do balanço. Essas transações foram adequadamente registradas e divulgadas nas demonstrações financeiras.
6. Acreditamos que os métodos, as premissas significativas e os dados que utilizamos para as estimativas contábeis e divulgações relacionadas são apropriadas e foram consistentemente aplicadas para alcançar o reconhecimento, mensuração e divulgação que está de acordo com normas contábeis adotadas no Brasil. Divulgamos para V.Sas., que a Empresa cumpriu com todos os aspectos dos acordos contratuais que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras caso não fossem cumpridos, incluindo todas as cláusulas restritivas, condições ou outros requerimentos relacionados aos empréstimos vigentes.
7. Desde 01 de janeiro de 2023 até a data desta carta, divulgamos a você qualquer acesso não autorizado aos nossos sistemas de tecnologia da informação, que tenha ocorrido, ou até onde sabemos é provável que tenha ocorrido, com base em nossa investigação, incluindo relatórios enviados a nós por terceiros (incluindo agências reguladoras, agências de aplicação da lei e consultores de segurança), na medida em que esse acesso não autorizado aos nossos sistemas de tecnologia da informação é provável que tenha um impacto material para as demonstrações financeiras, em cada caso ou no agregado.
8. Divulgamos a vocês quaisquer brechas de segurança cibernética (*cybersecurity*) que tenha ocorrido ou que terceiros (incluindo agências regulatórias, autoridades legais e consultores de segurança da informação) tenham trazido ao nosso conhecimento durante a revisão do período que possa potencialmente ser material para as demonstrações financeiras.
9. Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor contábil ou classificação de ativos e passivos refletidos nas demonstrações financeiras.

#### F. Passivos e contingências

1. Todos os passivos e contingências, incluindo aqueles relacionadas com garantias, verbais ou por escrito, foram informados aos seus representantes e adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras.
2. Informamos aos seus representantes todos os litígios, reclamações e autuações existentes e possíveis, mesmo aqueles que ainda não foram discutidos com os consultores legais da Empresa.
3. Registramos e/ou divulgamos apropriadamente todos os passivos relacionados com os litígios e reclamações, contingentes ou existentes, e divulgamos nas notas explicativas às demonstrações financeiras todas as garantias que fornecemos a terceiros.

#### **G. Riscos e incertezas**

1. Confirmamos que durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras apuramos e registramos diversas estimativas contábeis, as quais foram computadas com base de dados consistentes, tendo sido divulgado nas demonstrações financeiras os riscos e incertezas inerentes a este processo.
2. Não há riscos e incertezas relacionados com o uso de estimativas contábeis e nem vulnerabilidade ocasionadas por concentrações relevantes que não tenham sido divulgados.

#### **H. Seguros**

1. Confirmamos que os seguros efetuados foram contratados de acordo com as necessidades operacionais da Empresa. Reconhecemos que a determinação dos níveis de cobertura de seguros, bem como a determinação de implantação de uma política de cobertura de seguros da Empresa é de nossa responsabilidade.

#### **I. Garantias verbais ou por escrito, de dívidas de terceiros**

1. Não há garantias, verbais ou por escrito, incluindo garantias de dívidas de terceiros que não tenham sido divulgadas nas demonstrações financeiras

#### **J. Eventos subsequentes**

1. Não ocorreram outros eventos ou transações desde 31 de dezembro de 2023, que requeressem ajuste ou divulgação nas demonstrações financeiras ou notas explicativas.

*Atenciosamente,*

---

Thiago Guilherme Ferreira Prado  
Presidente

---

Angela Regina Livino de Carvalho  
Diretora de Gestão Corporativa



---

Sandro da Silva Abílio  
Superintendente de Recursos Financeiros  
Contador  
CRC-RJ 093927/O

---

20 fev 2024, 10:41:45	Sandro da Silva Abilio assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail sandro.abilio@epe.gov.br. CPF informado: 047.501.187-29. IP: 179.70.112.204. Componente de assinatura versão 1.756.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
21 fev 2024, 14:43:28	Angela Regina Livino de Carvalho assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail angela.livino@epe.gov.br. CPF informado: 029.716.487-29. IP: 177.51.63.57. Componente de assinatura versão 1.758.1 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
23 fev 2024, 17:47:43	Thiago Guilherme Ferreira Prado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail prado.thiago@epe.gov.br. CPF informado: 857.938.841-49. IP: 177.47.116.40. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.900572731962903 e longitude -43.177516966895965. URL para abrir a localização no mapa: <a href="https://app.clicksign.com/location">https://app.clicksign.com/location</a> . Componente de assinatura versão 1.763.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
23 fev 2024, 17:47:43	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 9ebcd88d-d8bb-483c-8d8b-8118aae031c9.

---

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 9ebcd88d-d8bb-483c-8d8b-8118aae031c9, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).

## 4Q.2023 - Carta de Representação EPE...docx

Documento número #9ebcd88d-d8bb-483c-8d8b-8118aae031c9

Hash do documento original (SHA256): 483f54346c462a38d1df1de2fd5f114fa167cfa4e32dff0f0d40779b1ce5fbd4

### Assinaturas

 **Thiago Guilherme Ferreira Prado**

CPF: 857.938.841-49

Assinou em 23 fev 2024 às 17:47:43

 **Angela Regina Livino de Carvalho**

CPF: 029.716.487-29

Assinou em 21 fev 2024 às 14:43:28

 **Sandro da Silva Abilio**

CPF: 047.501.187-29

Assinou em 20 fev 2024 às 10:41:45

### Log

- |                       |   |
|-----------------------|---|
| 20 fev 2024, 09:41:09 | Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número 9ebcd88d-d8bb-483c-8d8b-8118aae031c9. Data limite para assinatura do documento: 23 de fevereiro de 2024 (23:59). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.   |
| 20 fev 2024, 09:41:10 | Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: prado.thiago@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Guilherme Ferreira Prado.   |
| 20 fev 2024, 09:41:10 | Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: angela.livino@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Angela Regina Livino de Carvalho. |
| 20 fev 2024, 09:41:10 | Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: sandro.abilio@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sandro da Silva Abilio.           |

# PARECER DO CONSELHO FISCAL



## PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EPE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tomaram conhecimento da proposta da Administração, a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária - AGO, considerando o Relatório Integrado com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como do Parecer dos Auditores Independentes – Berkan Auditores Independentes S/S, de 26 de fevereiro de 2024, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, contendo apenas “ênfase” em relação às demonstrações financeiras de 2022 que foram reapresentadas visando refletir adequadamente a aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Na opinião da empresa de auditoria, as demonstrações financeiras que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial da EPE em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE, no exercício 2023, apurou um prejuízo de R\$ 2.758 mil, que somado ao saldo de períodos anteriores, no valor de R\$ 6.737 mil, apresenta um prejuízo acumulado de R\$ 9.495 mil, conforme quadro abaixo:

Descrição	Mil R\$
(-) Prejuízo do Exercício 2023	(2.758)
(-) Prejuízo Acumulado Ajustado de Exercícios Anteriores	(6.737)
Saldo Lucro/Prejuízo Acumulado	(9.495)
*Base de cálculo para Reserva Legal (5%)	-
**Base de Cálculo para Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	-

\* Artigo 193 da Lei 6.404/76.

\*\* Artigo 112 item III do Estatuto Social.

O Conselho fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da **Empresa de Pesquisa Energética – EPE**.

Diante do exposto, o Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, no exercício de suas atribuições legais e estatutária, é de opinião que a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 encontra-se em condição de ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da EPE.

Brasília, 27 de março de 2024.

(Assinado eletronicamente)  
BRUNO GALETE CAETANO DE PAULA  
ALEXANDRA LUCIO SALES DE CARVALHO  
LUCIANO DA SILVA TEXEIRA

Clicksign 344b31a7-b6c9-40aa-982b-811fae65f227

## PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EPE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.docx

Documento número #344b31a7-b6c9-40aa-982b-811fae65f227

Hash do documento original (SHA256): f8d0e402583f61e04ab9771131aaa4f82d89a42b8670ffe07bf6aeec96c1ae3b

### Assinaturas

✓ **Alexandra Lucio Sales de Carvalho**

Assinou em 28 mar 2024 às 14:40:47

✓ **Bruno Galete Caetano De Paula**

Assinou em 27 mar 2024 às 11:30:17

✓ **Luciano da Silva Teixeira**

Assinou em 28 mar 2024 às 16:56:16

### Log

- 27 mar 2024, 11:04:20 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número 344b31a7-b6c9-40aa-982b-811fae65f227. Data limite para assinatura do documento: 26 de abril de 2024 (11:03). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 27 mar 2024, 11:04:21 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: alexandra.sales@mme.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Alexandra Lucio Sales de Carvalho.
- 27 mar 2024, 11:04:21 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: bruno.caetano@tesouro.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Bruno Galete Caetano De Paula.
- 27 mar 2024, 11:04:21 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: luciano.teixeira@mme.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Luciano da Silva Teixeira.
- 27 mar 2024, 11:30:17 Bruno Galete Caetano De Paula assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail bruno.caetano@tesouro.gov.br. IP: 177.0.25.131. Componente de assinatura versão 1.796.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

- 
- 28 mar 2024, 14:40:47 Alexandra Lucio Sales de Carvalho assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail alexandra.sales@mme.gov.br. IP: 172.226.124.49. Componente de assinatura versão 1.798.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 mar 2024, 14:58:48 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: lucianosteixeira@gmail.com para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Luciano da Silva Teixeira.
- 28 mar 2024, 14:59:59 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 removeu da Lista de Assinatura: luciano.teixeira@mme.gov.br para assinar.
- 28 mar 2024, 16:56:16 Luciano da Silva Teixeira assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail lucianosteixeira@gmail.com. IP: 200.173.249.226. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.8766832 e longitude -48.0483996. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.798.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 mar 2024, 16:56:17 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 344b31a7-b6c9-40aa-982b-811fae65f227.
- 



**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 344b31a7-b6c9-40aa-982b-811fae65f227, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).

# PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO



## **EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE** **CNPJ: 06.977.747/0001-80**

### **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO** **RESULTADO DO EXERCÍCIO 2023**

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, expomos o seguinte:

A EPE encerra o exercício de 2023 com um prejuízo de (R\$ 2.758 mil), que somado com o saldo de prejuízo acumulado de exercício anteriores (R\$ 6.737 mil), totaliza um prejuízo acumulado de (R\$ 9.495 mil), razão pela qual não haverá destinação de resultados, seja para reserva de qualquer natureza, seja para Dividendos Mínimos Obrigatórios.

A seguir a demonstração do lucro/prejuízo acumulado:

Descrição	Valores mil R\$
(-) Prejuízo do Exercício 2023	(2.758)
(-) Saldo de prejuízo Acumulado de Exercícios Anteriores	(6.737)
(=) Saldo Final de Prejuízo Acumulado 2023	(9.495)
* Base de cálculo para Reserva Legal (5%)	0
** Base de Cálculo para Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	0

\* Artigo 193 da Lei 6.404/76.

\*\* Artigo 112 item III do Estatuto Social.

Brasília, 22 de março de 2024.

DENILVO MORAIS  
Presidente Substituto do Conselho

DANY ANDREY SECCO  
Conselheiro

THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO  
Conselheiro

FÁBIO DE ALMEIDA ROCHA  
Conselheiro

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO.docx

Documento número #8ece3e42-7630-49b6-af4e-6a94a81dbf35

Hash do documento original (SHA256): 5dcb042b6635adfe35f28c449aa9e645c93c39bce2d0eaf174b017c4a16991df

### Assinaturas

✓ **Thiago Guilherme Ferreira Prado**  
Assinou em 25 mar 2024 às 15:49:31

✓ **Denilvo Moraes**  
Assinou em 26 mar 2024 às 15:12:46

✓ **Dany Andrey Secco**  
Assinou em 25 mar 2024 às 15:19:06

✓ **Fabio de Almeida Rocha**  
Assinou em 25 mar 2024 às 17:01:36

### Log

- 25 mar 2024, 14:33:05 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número 8ece3e42-7630-49b6-af4e-6a94a81dbf35. Data limite para assinatura do documento: 24 de abril de 2024 (14:29). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 25 mar 2024, 14:33:06 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: prado.thiago@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Guilherme Ferreira Prado.
- 25 mar 2024, 14:33:06 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: denilvo.morais@enbpar.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Denilvo Moraes.
- 25 mar 2024, 14:33:06 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: dany.secco@fazenda.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Dany Andrey Secco.

- 25 mar 2024, 14:33:06 Operador com email luana.oliveira@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: fabio.rocha@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fabio de Almeida Rocha.
- 25 mar 2024, 15:19:07 Dany Andrey Secco assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dany.secco@fazenda.gov.br. IP: 189.9.20.153. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.7986 e longitude -47.868. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.793.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 25 mar 2024, 15:49:31 Thiago Guilherme Ferreira Prado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail prado.thiago@epe.gov.br. IP: 187.43.168.167. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.796079868449867 e longitude -47.86797261881241. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.793.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 25 mar 2024, 17:01:36 Fabio de Almeida Rocha assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail fabio.rocha@epe.gov.br. IP: 177.148.110.134. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.807456974029204 e longitude -43.366670454533505. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.793.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 26 mar 2024, 15:12:47 Denilvo Moraes assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail denilvo.morais@enbpar.gov.br. IP: 189.84.140.178. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.7948 e longitude -47.8936. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.794.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 26 mar 2024, 15:12:47 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 8ece3e42-7630-49b6-af4e-6a94a81dbf35.



**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 8ece3e42-7630-49b6-af4e-6a94a81dbf35, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).

# FICHA DE COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

## **Composição dos cargos em 15 de março de 2024**

### **Conselho de Administração**

Denilvo Moraes (Presidente Substituto)

Thiago Guilherme Ferreira Prado

Fabio de Almeida Rocha

Danny Andrey Secco

### **Conselho Fiscal**

Bruno Galete Caetano de Paula (Presidente)

Alexandra Lúcio Sales De Carvalho

Luciano da Silva Teixeira (Suplente)

### **Comitê de Auditoria**

Caio Cezar Monteiro Ramalho (Presidente)

Joaquim Rubens Fontes Filho

Ludmila de Melo Souza

### **Diretoria Executiva**

Thiago Guilherme Ferreira Prado (Presidente)

Angela Regina Livino de Carvalho

Thiago Ivanoski Teixeira

Heloisa Borges Bastos Esteves